

CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

FOLHA DE PRESENÇAS

REUNIÃO DE CÂMARA ORDINÁRIA DO DIA 31 DE OUTUBRO DE 2019

PRESIDENTE DA CÂMARA



José Rodrigues Paredes

VEREADOR



Luís Miguel Gonçalves Rodrigues

VEREADOR



Vítor Emanuel Cardoso dos Santos Ferreira

VEREADOR



Luís Henrique Grácio Azevedo

VEREADORA



Sónia Andrea Rodrigues Pereira Pires

VEREADORA



Maria Margarida Marinheira Dias Cascarejo

VEREADORA



Mafalda Lopes Mendes

SECRETARIADO POR: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL



CÂMARA MUNICIPAL DE ALIJÓ

ATA N.º 23/2019

REUNIÃO ORDINÁRIA REALIZADA NO DIA 31 DE OUTUBRO

LOCAL DA REUNIÃO: PAÇOS DO MUNICÍPIO – GABINETE DO SR. VICE-PRESIDENTE

HORA DE ABERTURA: 09h30 HORAS

PRESENÇAS

PRESIDENTE DA CÂMARA: JOSÉ RODRIGUES PAREDES

VICE-PRESIDENTE: VITOR EMANUEL CARDOSO DOS SANTOS FERREIRA

VEREADOR: LUÍS MIGUEL GONÇALVES RODRIGUES

VEREADORA: SÓNIA ANDREA RODRIGUES PEREIRA PIRES

VEREADOR: LUIS HENRIQUE GRACIO AZEVEDO

VEREADORA: MARIA MARGARIDA MARINHEIRA DIAS CASCAREJO

VEREADORA: MAFALDA LOPES MENDES

SECRETARIOU: MANUEL JORGE PINTO LAIGINHAS, CHEFE DA DIVISÃO DE GESTÃO ORGANIZACIONAL

HORA DE ENCERRAMENTO 13H00 HORAS

ORDEM DE TRABALHOS

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata_22_2019 de 18-10-2019.

Ponto 1.2 - Presente Proposta da Presidência n.º 88/2019, referente à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal. - para aprovação.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 89/2019, referente ao Pacote Fiscal para 2020 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem – para aprovação.

Ponto 1.4 - Presente proposta da Presidência n.º 90/2019 referente aos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020. – para aprovação.

Ponto 1.5 – Presente Informação n.º 2019/894 referente ao Incêndio Florestal Perafita em 17 de Agosto de 2019 – pagamento de danos causados. – para aprovação.

Ponto 1.6 – Presente Informação n.º 2019/921 referente a Assinatura Adenda do Protocolo condições de contratação e funcionamento das Equipas de Intervenção Permanente (EIP). Contém Adenda ao Protocolo – para aprovação.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 – Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2019/10/25, apresentando um total de disponibilidades de 4.976.611,94€, sendo 3.930.319,97€ de dotações orçamentais e 1.046.291,97 € de dotações não orçamentais. – para tomar conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXÍVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente proposta n.º 2019/919, referente a Escalas de turno das Farmácias para o ano 2020. – para aprovação.

Ponto 3.2 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de dois prédios rústicos, denominados “Codeceira” inscrito na matriz com o número 1302 e “Tenrais” inscrito na matriz com o número 1612, ambos da Freguesia de Pegarinhos, em requerimento apresentado por Machado Magalhães, advogado com escritório na Vila de Alijó, portador da cédula profissional n.º 7700p e NIF 205 551 050, em representação de Manuel Maria dos Santos Lagoa e mulher Diamantina Lobo Ferreira. Contém parecer jurídico n.º 25/2019. - para aprovação.

Ponto 3.3 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Eiras” inscrito na matriz com o número 1332, da União de Freguesias de Vale Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, em requerimento apresentado por Anabela Sobreira Fraga Pereira e José António Pinto Loureiro Pereira. Contém parecer jurídico n.º 26/2019. - para aprovação.

Ponto 3.4 – Pedido de pronúncia sobre o exercício do direito de reversão do prédio urbano com o artigo matricial 1772, a que corresponde o lote n.º 37 da zona industrial de Alijó, em que é requerente Pompeu dos Santos Elavai Afonso. Contém parecer jurídico n.º 28/2019. - para aprovação.

4 UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 - Presente informação n.º 2019/916, propondo a possibilidade do pagamento ser efetuado em numerário, da proposta de comparticipação a 100% do valor dos livros de fichas/cadernos de atividades para todos os alunos do 1.º CEB, para o ano letivo 2019/2020. – para aprovação.

Ponto 4.2 - Presente informação n.º 2019/922, referente a pedido para abertura de um período excecional para a apresentação das faturas, da proposta de comparticipação a 100% do valor dos livros de fichas/cadernos de atividades para todos os alunos do 1.º CEB, para o ano letivo 2019/2020. – para aprovação.

=====

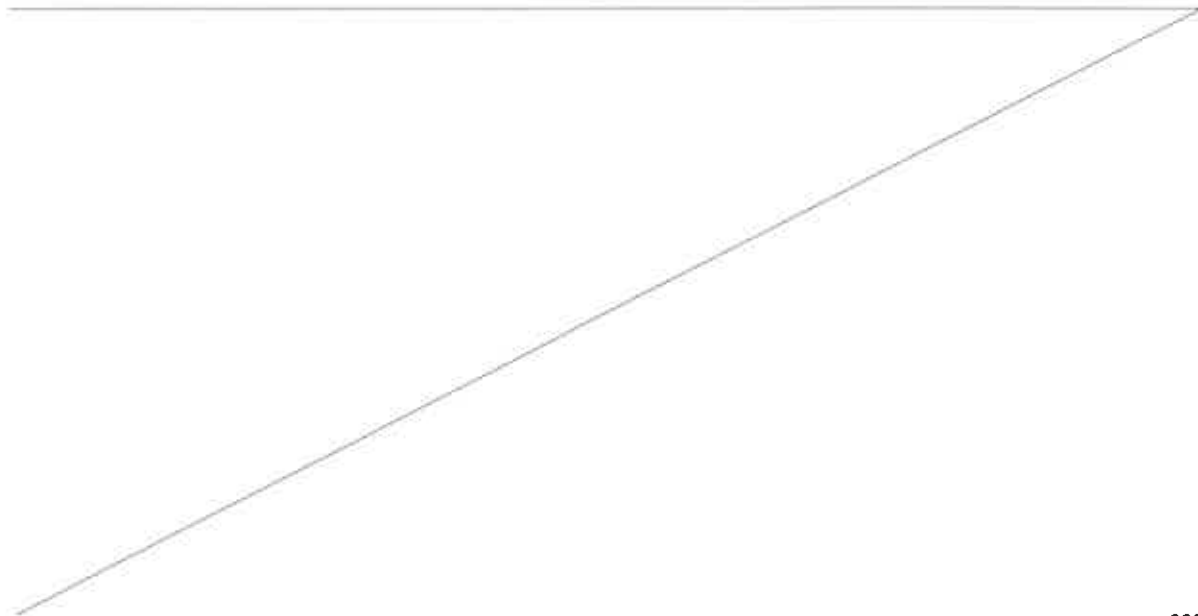
PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes, desejando uma boa reunião e dá início ao período de antes da ordem do dia.

Convida todo Executivo para estar presente na Montaria Municipal que acontecerá no próximo dia 9 de novembro em Vilar de Maçada.

No âmbito da celebração do Feriado Municipal no próximo dia 11 de novembro, realiza-se a feira franca e comemora-se o dia de São Martinho, convida todo o executivo para estar presente nas comemorações deste dia.

Apresenta ainda o convite enviado pela União de freguesias de Pópulo e Ribalonga a convidar todo o executivo a estar presente no Magusto Tradicional, que se irá realizar no dia 3 de novembro pelas 15 horas no Santuário de Nossa Senhora da Boa Morte.





União das Freguesias de
Pópulo e Ribalonga
MAGUSTO
TRADICIONAL
3 NOVEMBRO
2019

15H00 - Concertinas
15H30 - Rancho
16H00 - Magusto aberto à comunidade
com febras e caldo verde

Visite-nos!
Venha reviver as tradições.

LOCAL
Santuário de N.ª S.ª da Boa Morte

APOIOS
Comissão de Festas
de Nossa Senhora
da Boa Morte

ORGANIZAÇÃO
União das Freguesias de Pópulo e Ribalonga



O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) toma a palavra e cumprimenta os presentes. Reforça o convite feito pelo Sr. Presidente de Câmara para a montaria ao javali que o Município de Alijó vai organizar, dia 9 de novembro. É a 1.ª Montaria do Plano Anual de Exploração da Época Venatória 2019/20. A montaria ao javali tem início às 08:00h, no Pavilhão do Santuário do Senhor Jesus da Capelinha - Vilar de Maçada.

A Vereadora Sónia Pires (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e agradece todos os convites endereçados nesta última semana.

Na sequência da iniciativa “Mostra o teu Tua”, o Parque Natural Regional Vale do Tua, PNRVT, distribuiu kits pedagógicos no Agrupamento de Escolas D. Sancho II- Alijó. A entrega foi feita ontem, dia 30 de outubro, onde os professores também receberam formação para trabalharem com os alunos esse material didático que aborda a biodiversidade e educação ambiental no contexto do PNRVT. O kit pedagógico é constituído por uma pen drive, um guia, um mapa do PNRVT, Jogos “A TUA Glória” e “Pictioparque” e diversas fichas de atividades.

Dá conta que o Município de Alijó marcou presença nas comemorações do Dia do Comando Territorial da GNR de Vila Real, que decorreram nos dias 24 e 25 de outubro no Peso da Régua. Neste contexto, destaca a realização do seminário “Turismo no Douro: o Valor da Segurança”, com um tema de enorme interesse para o território e que o mesmo continue a ser percebido como um destino seguro.

No domínio da educação, informa que a partir da próxima semana estará um professor, uma vez por semana, na Biblioteca Escolar de Sanfins do Douro.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) cumprimenta os presentes e agradece todos os convites que lhe foram endereçados.

Dá os parabéns ao Rancho Folclórico do Castedo pelo festival das vindimas com encontro de Ranchos Folclóricos. Foi um ótimo evento para festejar o fim das Vindimas.

Felicita a Associação Vale d’Ouro pelo reconhecimento como entidade de “utilidade pública”.

O Vereador Luís Azevedo (PS) no uso da palavra começou por cumprimentar todos os participantes na reunião ordinária da Câmara Municipal e agradeceu os convites recebidos por parte de associações e juntas de Freguesia para participação em eventos.

Reforça o reparo em relação à estrada Cabeda / Cova de Lobos / Sanfins do Douro que continua em muito mau estado e as obras estão paradas.

Chama novamente à atenção para o mau estado em que se encontra a mini ETAR de Cheires.

Deixa os parabéns à Associação Vale d’Ouro por ter conseguido o estatuto de interesse público.

O Vereador Miguel Rodrigues (PS) na sua intervenção no período antes da ordem do dia disse: “Cumprimento todos os presentes.

- Congratulo-me por a Associação Vale d’Ouro passar a ter estatuto de utilidade pública. O processo para a declaração de utilidade pública foi longo, mas chegou a bom porto e essa é uma excelente notícia.

- Destaco a tomada de posse dos deputados na Assembleia da República e do novo Governo. Espero que esta nova legislatura seja amiga do poder local e que seja possível dar passos concretos no combate às desigualdades da interioridade.

- Já aqui solicitámos por diversas vezes informação detalhada sobre o funcionamento das várias ETARS que são geridas pelo Município, mas esse ponto de situação concelhio ainda não foi aqui apresentado,

por isso insisto neste ponto.

- Coloco ainda um pedido de informação sobre a elaboração da Estratégia Local de Habitação do Município.

A Vereadora Margarida Cascarejo (PS) no uso da palavra disse:

"Bom dia a todos.

Agradeço todos os convites aqui formulados.

Na sequência da apresentação do XXII Governo Constitucional ficamos a saber que se avançou finalmente para a descentralização efetiva das estruturas do Governo para o interior do país com alocação de três secretarias de Estado em Bragança, Guarda e Castelo Branco.

Embora continue a defender que o verdadeiro processo de coesão territorial só será concretizado com a regionalização do país, considero que esta medida é um princípio e um primeiro passo para tentar atenuar e combater a crescente desertificação e o envelhecimento de dois terços do território nacional.

Gostaria de lembrar que o centro histórico da vila de Alijó, no largo do chafariz continua com uma imagem de degradação decorrente dos edifícios em ruínas numa zona em que o executivo permanente afirmou há já bastante tempo que iria intervir. Lamento que esta situação se mantenha e alerto para a urgência de uma intervenção que dignifique Alijó.

Demonstro a minha satisfação pela resolução da situação da biblioteca escolar de Sanfins do Douro que aqui apresentei na última reunião.

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) retoma a palavra e presta esclarecimentos sobre as questões colocadas.

Há uma preocupação por parte do Executivo sobre a possibilidade da devolução do IMI no território do Douro – Património da Humanidade sem qualquer contrapartida da parte do Governo Central.

Há expectativa de os municípios participarem na receita do IVA, em parte, que aguardamos seja realidade. Sobre a questão do centro histórico de Alijó explica que já foi encomendado um pré-estudo a um arquiteto e posteriormente trará esse trabalho à reunião de Câmara.

O Vereador Vítor Ferreira (PPD/PSD.CDS-PP) retoma a palavra para prestar alguns esclarecimentos sobre o ponto de situação do estado das ETAR's do concelho. O resultado do levantamento que foi feito será enviado aos senhores vereadores.

O Presidente da Câmara (PPD/PSD.CDS-PP) retoma a palavra para explicar que o executivo está à procura de um terreno em Vilar de Maçada para realocar a ETAR em lugar mais adequado.

Dá conta que está a fazer pressão sobre o empreiteiro no sentido de este retomar as obras da estrada Cabeda / Cova de Lobos / Sanfins do Douro.

A Vereadora Mafalda Mendes (PPD/PSD.CDS-PP) responde à questão levantada pelo vereador Miguel Rodrigues sobre o processo de Estratégia Local de Habitação, explica que o apoio financeiro para a sua elaboração está garantido, vai-se elaborar a minuta de contrato e relatório final. Posteriormente irá ser enviado o processo aos senhores vereadores.

=====

Antes de serem colocados à discussão e votação os pontos da ordem de trabalhos, pelo chefe da Divisão

de Gestão Organizacional foi dito:

“Solicita-se aos membros presentes que, nos termos do n.º 6 do artigo 55.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, na eventualidade de verificarem algum impedimento legal na presente reunião, de acordo com o artigo 69.º do Código do Procedimento Administrativo, que o comuniquem e que se ausentem na respetiva discussão e votação.”

DELIBERAÇÕES APROVADAS EM MINUTA

1. ADMINISTRAÇÃO MUNICIPAL

Ponto 1.1 – Aprovação da Ata 22 2019 de 18-10-2019.

Deliberação: aprovada por unanimidade.

Ponto 1.2 - Presente Proposta da Presidência n.º 88/2019, referente à autorização genérica para dispensa de autorização prévia da Assembleia Municipal, no âmbito da Lei n.º 8/2012 de 21/02, na sua redação atual, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a presente proposta.

Mais foi deliberado submeter à Assembleia Municipal para aprovação.

Ponto 1.3 – Presente Proposta da Presidência n.º 89/2019, referente ao Pacote Fiscal para 2020 – Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por maioria com a abstenção dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), a proposta referente ao pacote fiscal para 2020.

Mais foi deliberado remeter à Assembleia Municipal para apreciação e aprovação, nos termos da Lei.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Em matéria fiscal, mantemo-nos fiéis ao nosso programa eleitoral apresentado nas eleições autárquicas de 2017, no qual propomos “Reduzir as taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) e utilizar as reduções do mesmo para incentivar as obras de reabilitação urbana e discriminar positivamente as famílias numerosas”.

Como já aqui afirmámos no ano passado, somos favoráveis a um desagravamento fiscal gradual em sede de IMI. Mas não é esse o entendimento da maioria camarária PSD-CDS que se recusa a baixar as taxas de IMI.

Neste ano de 2019, a taxa de IMI a aplicar a prédios urbanos é de 0,40. Segundo a proposta do Presidente da Câmara aqui apresentada, esta taxa manter-se-á inalterável em 2020, isto é, sem qualquer redução.

Assim sendo, se é verdade que o concelho de Alijó continua a ter das taxas de IMI mais altas do distrito de Vila Real, também é certo que, no que depender da atual maioria camarária, assim continuará a ser no próximo ano.

Já aqui o dissemos antes e insistimos que parece haver margem orçamental para uma diminuição das

taxas de IMI. Por isso, no ano passado propusemos uma diminuição da taxa de IMI para 2019 a aplicar a prédios urbanos para 0,35. Em coerência com a nossa anterior proposta, propomos para 2020 uma diminuição da taxa de IMI para 0,30, equiparando assim a taxa vigente no concelho de Alijó àquela que já neste ano vigorou em todos os nossos concelhos vizinhos. O impacto desta descida corresponderá ao custo da Alfeira /Sons do Parque.

Por outro lado, como já salientámos no ano passado, também a proposta para 2020 é omissa no que respeita a incentivos específicos para a reabilitação urbana.

Do nosso programa eleitoral de 2017, constava o seguinte: "Criar Áreas de Reabilitação Urbana (A.R.U) no território concelhio, com benefícios fiscais".

No ano de 2016, foram já criadas no concelho de Alijó as Áreas de Reabilitação Urbana (ARU's) de Alijó e do Pinhão, pressupondo estas benefícios fiscais: o art. 14.º do Regime da Reabilitação Urbana, prevê que "a delimitação de uma área de reabilitação urbana: a) Obriga à definição, pelo município, dos benefícios fiscais associados aos impostos municipais sobre o património, designadamente o imposto municipal sobre imóveis (IMI) e o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis (IMT), nos termos da legislação aplicável".

No entanto, até ao presente, nenhum benefício fiscal foi definido pelo Município, o que, na prática, esvazia estas áreas de reabilitação urbana.

Também em sede de IRS é possível ir mais longe. Relembramos a nossa proposta eleitoral de "Redução do IRS a pagar pelos contribuintes domiciliados no Concelho".

O Município tem direito a uma participação de 5% de todo o IRS que é cobrado no concelho, sendo altura de devolver, pelo menos, uma parte desse valor aos nossos munícipes, aliviando os orçamentos familiares.

E se o Município se deve assumir amigo das famílias, também o deve ser das empresas. O concelho de Alijó apresenta a taxa de derrama mais penalizadora para as empresas no distrito de Vila real.

Esta proposta para 2020 mantém a taxa máxima de derrama, mas deveria ser prevista uma taxa reduzida para os sujeitos passivos que apresentem um volume de negócios abaixo dos 150 mil euros, aproveitando uma possibilidade conferida pela lei das finanças locais.

Estas nossas propostas têm seguramente algum impacto orçamental, mas temos assistido ao longo deste mandato a um conjunto de gastos pela Câmara Municipal que indiciam existir folga orçamental para esse efeito. Ora, se existe essa folga, deve ser utilizada em medidas de justiça fiscal que incrementem a coesão territorial e a atividade económica."

O Executivo Permanente apresentou a seguinte declaração de voto:

"No que respeita à proposta do Pacote Fiscal para 2020, e contrariamente ao que o Partido Socialista vem dizer na sua declaração de voto, importa realçar o seguinte:

1.º O Pacote Fiscal Municipal aqui proposto reflete uma função de precaução, de rigor, com vista a acomodar eventuais derrapagens decorrentes de fatores externos ao Município.

2.º Recordo que as atuais taxas e impostos municipais se encontravam no máximo permitido por lei no ano de 2013, quando o PSD reconquistou a gestão da Câmara Municipal e não foi, portanto, por iniciativa da maioria a fixação desse pacote fiscal, muito pelo contrário, em 2017 o Executivo da maioria propôs uma redução significativa da taxa municipal de IMI, porque então, entendemos que era possível efetuar essa redução.

3.º Não se entende como o Partido Socialista, que frequentemente acusava este Município de um marasmo cultural e em matéria de promoção do território, venha agora argumentar que o investimento na Alfeira e nos Sons no Parque fosse suficiente para acomodar a redução do Pacote Fiscal,

nomeadamente a redução do IMI.

4.º Reparei na subtileza dos termos da declaração de voto, designadamente quando a declaração do PS refere e cito “parece haver margem”, fim de citação, para proceder à referida redução do Pacote Fiscal, denotando claramente desconhecimento da real situação social e económica do Município e das contas municipais.”

Ponto 1.4 - Presente proposta da Presidência n.º 90/2019 referente aos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por maioria com a abstenção dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS) Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), a presente proposta dos Documentos Previsionais (Orçamento e Grandes Opções dos Planos) para o exercício económico de 2020.

Mais foi deliberado submeter ao órgão deliberativo, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12/09, para aprovação, como dispõe a alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma legal.

Os Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luis Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Analisando esta proposta de orçamento municipal de 2020, do lado da receita era possível e desejável ir muito mais além, diminuindo a taxa de IMI, criando incentivos específicos para a reabilitação urbana, adotando a derrama reduzida para as empresas com menor volume de negócios e devolvendo aos contribuintes uma parte do IRS cobrado no concelho. Foram estas as ideias que defendemos na proposta de pacote fiscal para o próximo ano, mas que não tiveram acolhimento na maioria camarária PSD-CDS. O que temos então nesta proposta de orçamento, do lado da receita, é a manutenção de taxas de IMI que são as mais altas do distrito, o esvaziamento das Áreas de Reabilitação Urbana do concelho, a taxa de derrama mais penalizadora para as empresas no distrito e a negação da redução do IRS a pagar pelos contribuintes domiciliados no concelho.

Com esta política orçamental, pergunta-se de que forma está esta Câmara Municipal a combater a crescente desertificação populacional, que devia ser a sua grande prioridade.

Ao invés, temos uma carga fiscal municipal sobre os proprietários e as empresas que é a mais alta entre todos os concelhos vizinhos, o que muito dificulta qualquer estratégia de fixação de população.

Do lado da despesa, confirma-se o enorme aumento das despesas com pessoal, que nos dois anos que leva este mandato autárquico, se estima em um milhão de euros. As contas são fáceis de fazer: na conta de gerência de 2017, as despesas com pessoal nesta autarquia rondaram os 2 milhões de euros e 600 mil euros; no orçamento para 2019, esse valor é de cerca de 3 milhões e 600 mil euros; e no orçamento para 2020 esse valor aumenta ainda mais.

Isto é, ao mesmo tempo que o Município carrega nos impostos municipais sobre as famílias e as empresas, aumenta e muito as suas próprias despesas correntes com pessoal, que são despesas fixas que irão onerar este Município nos próximos anos, reduzindo a sua capacidade de investimento e de realizar despesas sociais.

Esse aumento é consequência direta da proliferação de empregos camarários, muitos deles de conveniência partidária, que vem acontecendo desde o final de 2017. Sendo certo que a esse aumento de empregos não correspondeu um aumento na eficiência dos serviços camarários.

Se o aumento nas despesas com pessoal é de um milhão de euros, sendo a receita total anual com a arrecadação de IMI de cerca de 900 mil euros, a conclusão óbvia é que os impostos municipais pagos

em Alijó estão a ser canalizados para pagar os empregos camarários que a maioria PSD-CDS tem vindo a distribuir junto dos seus militantes e apoiantes.

O resto da atuação camarária continua a ser uma desilusão, com uma política deficiente de investimento e total ausência de um desígnio estratégico.

O orçamento para 2020 é a demonstração de que vários dos investimentos anunciados continuarão a ser uma miragem, com meras intenções de investimento, que ano após ano se vão repetindo sem execução. O caso mais gritante é a obra de reabilitação na Rua António Manuel Saraiva, no Pinhão, que depois de tantas e tantas promessas não cumpridas, continua por iniciar.

Particularmente preocupante a incapacidade revelada por esta Câmara para executar investimentos com participação comunitária, sendo vários os casos de projetos que não saem do papel, estando em risco de perda centenas de milhares de euros de fundos comunitários.

O nosso voto de abstenção significa apenas que não somos uma oposição obstaculizante, mantendo a nossa coerência como oposição construtiva que nos tem marcado desde o início deste mandato. Embora com o reconhecimento de que as atuais políticas municipais estão muito longe de garantir a coesão territorial e a competitividade económica de que este território carece, como foi já por nós observado na apreciação do anterior orçamento, estando o decurso do tempo, infelizmente, a dar-nos razão."

O Executivo Permanente apresentou a seguinte declaração de voto:

"Srs. Vereadores,

Os Documentos Previsionais resultam do compromisso eleitoral assumido pela Coligação "Afirmar a Nossa Terra" que obteve a maioria absoluta dos votos nas eleições autárquicas de 1 de outubro de 2017 e foram preparados em conformidade com os princípios e regras orçamentais previstos na Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro e Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro alterado, na matéria em apreço, pelo Decreto-Lei n.º 84-A/2002, de 5 de abril.

Na elaboração dos documentos previsionais para 2020, que são em grande parte a continuação da atividade de 2019, consolidando-a, assumimos como princípios orientadores o rigor e a transparência de modo a que, no final do ano económico, a execução seja o mais aproximada possível do que foi plasmado nos documentos previsionais.

Os Documentos Previsionais estão alicerçados em referências estratégicas de curto, médio e longo alcance e salientamos as seguintes:

Dar continuidade aos projetos municipais já aprovados ou em fase de execução;

Propor e realizar novos projetos estruturantes para o Município;

Dar continuidade à prossecução de uma estratégia de desenvolvimento integrado do Município, promovendo políticas de aproximação e complementaridade entre as Freguesias e aquele, traduzidas em ações concretas de entre as quais destacamos os Protocolos que visam contribuir para que as Juntas de Freguesia possam desenvolver as atividades imprescindíveis ao cumprimento de sua missão;

Continuar a promover a eficiência no uso dos recursos disponíveis, trate-se de recursos materiais ou humanos, promovendo o intercâmbio entre as diferentes unidades orgânicas municipais de modo a ganhar sinergias;

Continuar a melhorar a qualidade da prestação de serviços aos munícipes criando rotinas facilitadoras que permitam economia, nomeadamente economia de tempo, investindo na desmaterialização de processos e rotinas;

Continuar a manter as infraestruturas básicas existentes que estão em boas condições de operacionalidade, não descurando a sua manutenção, e requalificar aquelas que já apresentam sinais de fadiga tão evidentes que não servem os fins para que foram implementadas. Continuaremos a atuar

deste modo no fornecimento de água às populações, no serviço de saneamento básico e na recolha de lixo.

Implementar soluções de mitigação dos efeitos adversos das intempéries, nomeadamente na vila do Pinhão;

Reabilitar e modernizar as estações de tratamento de efluentes de acordo com um plano de prioridades; Continuar, gradualmente, a requalificar as estradas municipais;

Aquisição de maquinaria de apoio à atividade municipal, de um modo particular à manutenção e conservação das estradas municipais e caminhos rurais;

Implementar o Centro Interpretativo “Do Olival ao Azeite” que tem como objetivo a promoção do azeite do Município, em particular, e do Douro em geral, contribuindo para a atratividade turística do Município;

Promover uma rede integrada de percursos pedestres em todo o Concelho contribuindo para a promoção do turismo de natureza;

Participar ativamente na promoção turística em feiras nacionais e internacionais, envolvendo empresários e operadores turísticos do Município;

Apresentar, tal como já o temos feito, candidaturas aos programas de financiamento nacionais e comunitários enquadrando, nas diferentes linhas de financiamento, os projetos que já temos em carteira e fomentando outros que se adequem à estratégia de desenvolvimento que traçamos para o Município;

Requalificar o Santuário de Nossa Senhora da Piedade, em Sanfins do Douro, de acordo com o projeto já aprovado;

Construir um canil municipal;

Continuar a implementar, caso a caso, estratégias de combate às diferentes pragas que se têm vindo a abater sobre a agricultura, de um modo especial sobre os soutos do concelho;

Implementação de um plano de recuperação das áreas ardidadas nos incêndios florestais;

Elaboração de cartografia digital de apoio ao planeamento municipal nas suas múltiplas vertentes;

Continuar a incrementar a afirmação regional e nacional do Concelho de Alijó participando, ativamente e com voz própria, nas organizações que o Município integra, bem como junto das Autoridades Nacionais, nomeadamente os diferentes Ministérios, de modo a defender intransigentemente os interesses do Município;

Continuar a apoiar, tanto quanto nos for possível, os projetos promovidos por cidadãos e empresas da sociedade civil que promovam a fixação de jovens no nosso concelho. Continuaremos a estar especialmente atentos às iniciativas empresariais emergentes e iremos apoiá-las pondo ao seu serviço todos os instrumentos que a lei possibilita;

Continuar a implementar um Programa Cultural Municipal diversificado, dirigido a todos os públicos, que, paulatinamente, venha a assumir-se como fator de atratividade dando primazia aos agentes culturais locais;

Continuar a apoiar, de forma decidida mas dialogante, a educação nos vários níveis de ensino, envolvendo neste processo toda a Comunidade Educativa dando especial atenção à inovação tecnológica e à promoção do sucesso escolar;

Continuar a promover a prática desportiva, tornando-a um pilar fundamental na qualidade de vida dos Municípios, apoiando de forma firme e continuada as associações desportivas;

Continuar a dinamizar a Rede Social enquanto plataforma de articulação de diferentes parceiros públicos e privados, cujo objetivo é promover, ativamente, o trabalho em rede da intervenção social, que é realizada no Município;

Continuar a implementar políticas integradas de apoio aos mais carenciados em parceria com as Instituições Particulares de Solidariedade Social e os Organismos da Administração Regional e Central

com responsabilidade na Ação Social;

Dar continuidade ao Programa ABEM, Rede Solidária do Medicamento, que visa proporcionar à população mais carenciada, o acesso gratuito aos medicamentos com prescrição médica, na senda da promoção da saúde e do bem-estar, contribuindo deste modo para aumentar e melhorar o acesso aos cuidados de saúde.

Implementar o Programa dentista de saúde oral, que garante a realização de consultas de medicina dentária no centro de saúde, medida de grande relevância social uma vez que proporciona o acesso universal aos cuidados de saúde oral, tantas vezes descurados por razões de insuficiência económica; Continuar a implementar políticas inclusivas que privilegiem a mobilidade sustentável, como é o caso da ciclovia Alijó, Favaios, Sanfins do Douro;

Continuar a implementar medidas objetivas que visem a promoção da coesão territorial e social no Município, especialmente através do apoio às Freguesias e do investimento municipal na requalificação de infraestruturas e arruamentos nas aldeias;

Continuar a reforçar o apoio anual às Instituições sem fins lucrativos;

Continuar a reforçar o apoio anual às Juntas de Freguesia;

Continuar a atribuir ao setor turístico uma importância crescente, constituindo-se como um dos motores impulsionadores do desenvolvimento social, económico e ambiental, a nível regional e nacional, com forte investimento na melhoria da atratividade do território;

Implementar e instalar o Conselho Económico e Social Municipal que tem como objetivo promover o debate e o pensamento estratégico através da reflexão sobre os problemas financeiros do concelho e a seleção das melhores estratégias para uma boa e transparente execução orçamental; Estimular e promover a participação pública individual e coletiva, apoiando a Autarquia na definição das políticas municipais, num espírito de cidadania ativa e responsável e acompanhar a adoção e implementação das políticas locais em função da sua sustentabilidade económica, financeira e social;

Preparar a Câmara Municipal para acolher o processo de descentralização administrativa em curso que decorre da aplicação Lei 50/2018, de 16 de agosto- transferência de competências para as autarquias locais;

Continuar a adotar políticas de recuperação da credibilidade do Município, regularizando o passivo e negociando pagamento das condenações, pois o número de contingências em tribunal é muito elevado: Estes são, em jeito de nota final, alguns compromissos municipais para 2020, que, de igual modo como aconteceu em 2019, acautelam o futuro de todos nós através de um planeamento rigoroso e responsável, mas também criativamente ambicioso.

Este planeamento é por nós entendido como uma atividade dinâmica, portanto ajustável à realidade, sempre que esta mude pois, as contingências que não controlamos, sejam elas endógenas ou exógenas, podem obrigar-nos a corrigir a trajetória que traçámos sem, contudo, desvirtuar o projeto que foi aprovado pelos munícipes e queremos desenvolver com e para o Município.

Todos os dias, em todas as ações, vamos aprofundar uma relação de proximidade entre a Câmara Municipal e os Munícipes consolidando uma marca distinta que já assumimos e continuaremos a assumir:

Desenvolver o Concelho de Alijó em termos económicos, culturais e sociais, com o envolvimento de TODOS, e, assim, AFIRMAR A NOSSA TERRA!"

Ponto 1.5 – Presente Informação n.º 2019/894 referente a um pedido de indemnização, efetuado por Manuel Amândio Carvalho Bessa por prejuízos causados em muros, decorrente do incêndio florestal que deflagrou em Perafita em 17 de agosto de 2019, que se dispensa de transcrição na

ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, retirar o presente assunto da ordem do dia, a fim de ser complementado pelos serviços.

Ponto 1.6 – Presente Informação n.º 2019/921 referente à Adenda do Protocolo das Equipas de Intervenção Permanente (EIP) - condições de contratação e funcionamento. Contém Adenda ao Protocolo, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, retirar o presente assunto da ordem do dia, a fim de ser complementado pelos serviços.

2. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – ADMINISTRATIVA E FINANCEIRA

Ponto 2.1 - Presente o resumo diário da tesouraria referente ao dia 2019/10/25, apresentando um total de disponibilidades de 4.976.611,94€, sendo 3.930.319,97€ de dotações orçamentais e 1.046.291,97 € de dotações não orçamentais, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: Tomado conhecimento.

3. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – GESTÃO ORGANIZACIONAL

Ponto 3.1 – Presente proposta n.º 2019/919, referente à emissão de parecer sobre as escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável relativamente às escalas de turnos de serviço permanente e de regime de disponibilidade das farmácias do concelho, para o ano de 2020.

Ponto 3.2 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de dois prédios rústicos, denominados “Codeceira” inscrito na matriz com o número 1302 e “Tenrais” inscrito na matriz com o número 1612, ambos da Freguesia de Pegarinhos, em requerimento apresentado por Machado Magalhães, advogado com escritório na Vila de Alijó, portador da cédula profissional n.º 7700p e NIF 205 551 050, em representação de Manuel Maria dos Santos Lagoa e mulher Diamantina Lobo Ferreira. Contém parecer jurídico n.º 25/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.3 – Pedido de emissão de parecer sobre a constituição de compropriedade de um prédio rústico, denominado “Eiras” inscrito na matriz com o número 1332, da União de Freguesias de Vale Mendiz, Casal de Loivos e Vilarinho de Cotas, em requerimento apresentado por Anabela Sobreira Fraga Pereira e José António Pinto Loureiro Pereira. Contém parecer jurídico n.º 26/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovado, por unanimidade, emitir parecer favorável à constituição de compropriedade, nos termos do parecer jurídico e documentação anexa.

Ponto 3.4 – Pedido de pronúncia sobre o exercício do direito de reversão do prédio urbano com o artigo matricial 1772, a que corresponde o lote n.º 37 da zona industrial de Alijó, em que é requerente Pompeu dos Santos Elavai Afonso. Contém parecer jurídico n.º 28/2019, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por maioria com a abstenção dos vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), a autorização de alienação do lote n.º 37 da Zona industrial de Alijó, nos termos do parecer jurídico.

Os vereadores Miguel Rodrigues (PS) Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS) apresentaram a seguinte declaração de voto:

“Não queremos aqui obstaculizar a dinamização da Zona Industrial e pensamos que é do interesse de todos nós que os lotes existentes sejam dinamizados.

Mas esta situação, alerta-nos para a necessidade de serem alteradas e atualizadas as regras constantes do atual Regulamento da Zona Industrial de Alijó, que já vigora há mais de duas décadas, para nos assegurarmos que os proprietários dos lotes efetivamente aí pretendem investir e criar postos de trabalho, e não destinando-os à mera especulação financeira.”

4. UNIDADE ORGÂNICA FLEXIVEL – CULTURA, EDUCAÇÃO E DESPORTO

Ponto 4.1 - Presente informação n.º 2019/916, propondo a possibilidade do pagamento ser efetuado em numerário, da proposta de comparticipação a 100% do valor dos livros de fichas/cadernos de atividades para todos os alunos do 1.º CEB, para o ano letivo 2019/2020, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), a possibilidade do pagamento ser efetuado em numerário nos termos da informação técnica.

Ponto 4.2 - Presente informação n.º 2019/922, referente a pedido para abertura de um período excecional para a apresentação das faturas, da proposta de comparticipação a 100% do valor dos livros de fichas/cadernos de atividades para todos os alunos do 1.º CEB, para o ano letivo 2019/2020 e que a comparticipação possa ser efetuada através de cheque ou numerário, que se dispensa de transcrição na ata pelo que fica rubricada pelos membros presentes.

Deliberação: aprovada, por unanimidade, a abertura de um período excecional de 7 (sete) dias úteis para entrega das faturas, nos termos da informação técnica.

Aprovada, por maioria, com a abstenção dos Vereadores Miguel Rodrigues (PS), Luís Azevedo (PS) e Margarida Cascarejo (PS), a possibilidade do pagamento ser efetuado em numerário nos termos da informação técnica.

=====
Por unanimidade dos membros presentes, e nos termos do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, as deliberações foram aprovadas em minuta.

APROVAÇÃO DA ATA


Depois de lida, a Câmara deliberou, em reunião do dia 08/11/2019, aprovar a presente ata, nos termos e para efeitos do disposto no artigo 57.º da Lei n.º75/2013, de 12 de setembro, a qual vai ser assinada pelo Presidente da Câmara, e por mim, chefe da Divisão de Gestão Organizacional desta Autarquia.

O Presidente da Câmara



José Rodrigues Paredes

O Chefe da Divisão de Gestão Organizacional



Manuel Jorge Pinto Laiginhas